

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II - HIS 697
DISCENTE: LELIANE AMORIM FAUSTINO - 18.2.6932

**As caracterizações dos sertões e sertanejas (os) na modernidade brasileira: da
construção do Outro ao elogio à mestiçagem (1870-1930)**

Mariana, 2019.

F268c

Faustino, Leliane Amorim.

As caracterizações dos sertões e sertanejas (os) na modernidade brasileira [manuscrito]: da construção do Outro ao elogio à mestiçagem (1870-1930) / Leliane Amorim Faustino. - 2019.

49f.:

Orientador: Prof. Dr. André de Lemos Freixo.

Monografia (Graduação). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de História.

1. Miscigenação. 2. Sertões. 3. Sertanejos. I. Freixo, André de Lemos. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU: 94(81)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
REITORIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**FOLHA DE APROVAÇÃO****LELIANE AMORIM FAUSTINO****As caracterizações dos sertões e sertanejas (os) na modernidade brasileira: da construção do Outro ao elogio à mestiçagem (1870-1930)**

Membros da banca

Monica Gama - Doutora - UFOP
Luciano Magela Roza - Doutor - UFOP
Felipe Alves de Oliveira - Mestre - UFOP

Versão final

Aprovado em 14 de junho de 2019

De acordo

Dr. Andre de Lemos Freixo - Professor (a) Orientador (a)



Documento assinado eletronicamente por **Andre de Lemos Freixo, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 08/01/2020, às 08:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0030907** e o código CRC **D17A856D**.

Referência: Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 23109.000091/2020-22

SEI nº 0030907

R. Diogo de Vasconcelos, 122, - Bairro Pilar Ouro Preto/MG, CEP 35400-000
Telefone: 3135579406 - www.ufop.br

SUMÁRIO.

<i>Introdução</i>	6
<i>Capítulo I - Sertões: Outro lugar, lugar do Outro</i>	8
<i>Capítulo II - Suspiros modernistas, cientificismo e a epistemologização da categoria raça.</i>	12
<i>Capítulo III - República, literatura e o problema da cor local: Os sertões de Euclides da Cunha</i>	23
<i>Capítulo IV- Da construção do outro ao elogio à mestiçagem</i>	34
<i>Capítulo V- A caracterização dos sertões e sertanejas como o não lugar e o não ser - uma estratégia discursiva de construção do Outro na história nacional</i>	39
<i>Conclusão</i>	43
<i>Referências</i>	46

*Eu nasci lá, numa terra,
onde o céu é o próprio chão.
(Belchior)*

Introdução:

O presente trabalho tem por objetivo a análise das figurações da mestiçagem no texto *Os sertões*, de Euclides da Cunha, com particular atenção às figurações do “jagunço”, ou a pessoa sertaneja. Pretendo investigar as relativizações quanto a figura do “mestiço”, assim como do processo de miscigenação.

Observamos primeiramente a construção colonial dos sertões e as atribuições que foram destinadas pelo projeto colonizador a esta faixa territorial e seus habitantes. Após esta imersão no passado colonial, identificamos a transposição de tais valores à primeira República brasileira, os quais, sob esse contexto, são resguardados pelo cientificismo europeu e estadunidense em fins do século XIX e limiar do XX. Essa corrente de ideias importadas chega a uma elite intelectual brasileira, que através da ótica modernista, se ocupou em tecer a história do Brasil e formação de seu povo.

Para tal, fizemos um estudo sobre alguns homens de ciência da chamada Geração de 1870 e posteriores das primeiras décadas do século XX a fim de analisar o discurso proferido por esses teóricos sobre a impressão que os mesmos tinham sobre o Brasil após três séculos de colonização, a transição do regime monárquico para o republicano, rupturas, continuidades e projeções, sobretudo àquelas que dizem sobre a formação étnica da população brasileira, inserindo-os no que compreendemos como modernismo brasileiro.

O recorte temporal escolhido para a análise, parte da epistemologização da categoria Raça via ciência no século XIX, observamos que nas mais diversas áreas houve um estudo sobre a intersecção étnica e seus resultados na sociedade brasileira e, que a mestiçagem em dado momento se torna eixo comum no pensamento intelectual brasileiro, fundamental para a construção da escrita histórica, naquele ponto ainda vinculada à história da literatura. A Pesquisa analisa o caminho que perpassou os mecanismos de Estado para conter a hibridez, ou aproximá-la da branquitude para paulatinamente ser entendida como meio a tornar possível a unificação nacional e essencial para formulação do mito da democracia racial.

Através do estudo constatamos que gradualmente houve a transfiguração da mestiçagem, que foi conduzida da rejeição e ambivalência à positivação, a fim de responder as utopias identitárias necessárias a formação da recém nascida República brasileira e mais tarde a consolidação de um regime republicano no Brasil. Contudo, apontamos que ao atender às solicitações de unificação do Estado Nacional, houve uma falsa inclusão da pessoa mestiça

na sociedade brasileira. Deste modo, através de caricaturas da modernidade, difundidas pelas ciências e pelas artes, se coloca àqueles e àquelas que não correspondem ao arquétipo dominante à categoria de *Outro* social, a antítese da modernidade.

Capítulo I - Sertões: Outro lugar, lugar do Outro.

A colonização da América portuguesa se deu inicialmente pelo litoral norte do que hoje compreendemos como Brasil, com o avanço do projeto colonizador há um incentivo da coroa em expandir os domínios coloniais para o interior do território. Nesse sentido, os sertões¹ como eram denominadas as áreas afastadas das zonas centrais de povoamento, são gradualmente adentrados e explorados, representando fontes de novas matérias primas, possibilidades de terras para colonos e novos caminhos para a catequese. Dessa forma se desloca o eixo que compreende os sertões como um ponto fora da área de colonização para entendê-los como um espaço de uma nova sociedade colonial. Essa expansão à oeste promove o entroncamento étnico entre a população indígena local, o homem branco colonizador e a pessoa negra africana sob a condição de escravizados (as).

Os sertões na lógica colonial eram para além de espaços de prosperidade, podiam representar lugares de aproveitamento para a mão de obra que não era útil ao sistema açucareiro e local de escape para as sobras populacionais, dessa forma essa faixa territorial por ser pouco conhecida podia representar um meio de fuga para indígenas e negras (os) que queriam se esquivar à submissão, ou para sujeitos livres que não se adequaram aos moldes de sociabilidade da metrópole. Assim como o restante do território brasileiro, antes do embate com o polo colonizador, os sertões eram inicialmente habitados por populações originárias diversas.

O interior do Brasil era uma faixa territorial até então desconhecida para o colono. Por ser um bioma extenso, de clima árido, o português só se estabeleceu ali devido a ajuda de povos que já habitavam aquele espaço. Havia ainda todo um universo hipotético formulado sobre a localidade, no qual os sertões representavam o lugar de encontro com o Outro, o não humano que está excluído da lógica colonial. A reação por parte dos indígenas do interior, os denominados genericamente de “tapuias”, somados à resistência quilombola - os quais depois de Palmares ressignificaram o que era entendido como mocambo - eram figurados

¹ “Certão” era a palavra empregada para se referir a áreas situadas dentro de Portugal, mas que eram afastadas da metrópole, longe de Lisboa. In.: AMADO, Janaína. *Região, Sertão, Nação*. Rio de Janeiro: Revista Estudos Históricos, 1995, v. 8., n.15, p.145-151.

constantemente como “ameaças” aos interesses comerciais portugueses e representavam “entraves” ao projeto colonizador².

Houve então o choque cultural promovido mediante ao encontro entre povos distintos, bem como a uma região da qual pouco se conhecia e necessitava de adaptações para sobreviver ao meio. Os costumes dos colonos, embora fossem os sujeitos hegemônicos legitimados pela colonização, não se transplantaram imediatamente ao espaço de migração, eles tiveram de se moldar, mesmo que em instância mínima para a assimilação com as novas terras.

Desse modo eram propagadas imagens sobre os sertões, atribuindo a eles certo dualismo, ao mesmo tempo que eram um local de novos caminhos econômicos para a colonização, eram o lugar de encontro com o Outro, espaço da barbárie e selvageria, da violência endêmica, onde os atores sociais se pautavam em leis próprias. Devido ao afastamento da metrópole, aos sertões restava a não institucionalização, sendo *Zonas de não direito*³.

O sistema colonial foi a base constitutiva de como o capitalismo moderno europeu funcionou na América Portuguesa. A lógica capitalista pode ser observada na ideia de propriedade privada, presente no universo sertanejo, sendo o fazendeiro, proprietário das terras, a figura que simbolizava o mando através do capital. Dessa forma, tudo aquilo que estava circunscrito nessa lógica era adequado, semelhante, em contrapartida, outras formas de organização social, bem como grupos que não compactuavam com esta forma de “capitalismo rural” eram relegados à categoria de Outro, o diferente, exótico, ameaça. Percebemos aqui a característica do grupo hegemônico em selecionar aspectos sobre si, que partem de um discurso fechado acerca do que é normatividade, enquanto na mesma proporção afastam o que não dialoga, ou que não se deseja assimilar.

A noção de cultura, como foi importada da Europa pelo grupo colonizador é sobretudo, um mecanismo de diminuição do Outro, a medida que traz para si um conjunto de símbolos associados a determinada prática, afasta uma gama de outras representações que por não decodificarem as normas padronizadas ocupam o lugar da dissemelhança. A formalização

² PAIVA, Márcia de. *Cores e nomes*. In. O estado de coisas no Brasil. Três imagens da desordem nos séculos XVI e XVII. Rio de Janeiro: Puc Rio. 2003.

³ ANASTASIA, Carla Maria Junho. *Um exercício de auto- subversão: rebeldes e facinorosos na sedição de 1736*. In.: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (orgs.) *As Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica companhia do tempo. 2001. p. 567- 584.

de tratos sociais, modos comportamentais arraigados à uma cultura imposta, respostas imediatas esperadas sobre determinada atitude que, de tão comumente usadas passam a integrar a prática natural desta cultura que é dada⁴. Quando essas práticas são rompidas, implicam na quebra do pacto social estabelecido no ambiente sertanejo.

A ideia de desordem e a consequente violência se dava mediante ao colapso entre as formas acomodativas de poder, pactos invisíveis entre colonos, rupturas com as normas pré definidas pela elite agrária local e que eram vistas como leis a serem seguidas para a convivência. Quando esses acordos eram quebrados a violência interpessoal se instaurava, dando início a sedições e revoltas. A violência nos sertões pode ser entendida como uma linguagem, parte orientadora de um sistema criado nessas zonas de não direito a fim de manter a população refém dos mandos e desmandos de uma pequena parcela populacional que detinha a maior parte das terras cultiváveis. Diante da fome, da aridez e das precárias condições dispostas, coube ao sertanejo (a) obedecer esse domínio ou fazer parte dele. A violência simbolizava a autoridade dos grandes potentados, os quais eram resguardados sob o poder real, quando estes não conseguiam controlar os (as) escravizados (as) e as camadas baixas da população a exacerbação da violência se dava, assim como os castigos exemplares para os revoltosos capturados.

Por ser um território afastado do centro administrativo, a atuação de órgãos públicos fiscalizadores era escassa, fazendo com que os colonos criassem espécie de leis próprias, as quais atendiam suas convenções e privilégios e de certa forma estabeleciam um tipo de coexistência entre as classes. A intensificação da violência se dá mediante ao colapso dessas formas acomodativas ou do rompimento de acordos implícitos nas relações entre metrópole - colônia, onde os grupos sociais não reconhecem autoridade, seja dos fazendeiros locais ou do Estado.

A pessoa mestiça, resultante do cruzamento entre etnias, seja por violação sexual ou para firmamento de pactos e alianças políticas, simbolizava um elo entre culturas, uma figura dual que podia intermediar o diálogo entre o colonizador e o nativo. Esses agentes sociais, produtos da miscigenação, não possuíam um lugar específico na estratificação social do Antigo Regime, dentro da polarização senhores e escravizados (as), esse sujeitos, quando livres, configuraram uma camada social intermediária, que não necessariamente se encaixava

⁴ LIMA, Luiz Costa. *Terra ignota, a construção de Os sertões*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. p. 249.

na hierarquização da sociedade colonial. Ser mestiça (o) naquele contexto não era apenas uma definição étnica, mas também social.

A ideia de sertão brasileiro é uma invenção ou construção cultural da sociedade canavieira. De forma semelhante também foi formulado uma ideia sobre as pessoas sertanejas, gerada em torno de suposições mediante a ambivalência que a figura mestiça representava, sendo um agente que transitava entre as classes sociais, não pertencendo de fato a alguma delas. “A assimilação conceitual do outro geográfico introduziu uma tensão dialética dentro do ponto de vista do mundo europeu que determinou como a europa percebeu o mundo de fora e, mais importante tornou- se visivelmente dispensável para a concepção de si mesma.”⁵

As regiões de fronteira eram linhas que separavam as terras livres das terras colonizadas, eram um ponto de encontro entre a civilização e o que era denominado selvagem, representam o dinamismo no Antigo Regime, simbolizam a renovação e o contato de culturas distintas, um espaço de mobilidade que ao mesmo tempo delimita regiões, as ligava e permitia a comunicação. As fronteiras na América portuguesa podem ser entendidas como a divergência de temporalidades históricas, grupos diferentes que estão situados em tempos distintos.

Parte da historiografia oitocentista e do começo do século XX, bem como a produção literária brasileira, inseridas em um contexto modernista, que será explicado adiante, se ocupavam em pensar a formação da sociedade brasileira. Intelectuais dentro de sua área de atuação, ao trazerem a narrativa sobre os sertões, esboçaram em grande medida, o antagonismo da região que ora é percebida como o lugar de nascimento do legítimo ser americano, resultado do cruzamento das etnias, e em contrapartida, o local do atraso, do velho e do adverso, se opondo a modernidade esperada para a nação.

⁵ JESUS, Mirian Silva. *O avanço da fronteira interna: A ocupação do sertão no séc. XVII*. Campinas: Anais do VII Encontro internacional da ANPLHAC. 2006. p.149.

Capítulo II - Suspiros modernistas, cientificismo e a epistemologização da categoria raça.

A construção colonial dos sertões e sertanejas (os) é revisitada para compreender a região e habitantes, pensando-os agora sob a inteligência do século XIX. Os sertões brasileiros representavam a face do atraso, e por essa medida estavam no escopo da modernização. Para definir o que era moderno, se fazia necessário a definição também do que era contrário, diferente. Dessa forma então, podemos entender a ideia de Sertão como uma construção do Outro lugar, oposto à modernidade, porém crucial para sua existência. Havia uma gênese construída sobre essas localidades, de que eram inóspitas, violentas, com pouca fiscalização institucional devido ao afastamento da jurisdição metropolitana, a qual perdurou no imaginário da população que vivia distante da realidade sertaneja.

Na virada do século XIX para o XX intensas transformações podem ser notadas no modo como homens e mulheres se relacionam entre si e com o meio, nas metrópoles urbanas que estão a se formar. A industrialização, ainda que lenta, evolui progressivamente, a população que era majoritariamente rural migra de maneira considerável para os centros urbanos em construção, instituições como a escravidão passam a ser pensadas como falidas, dentre outros motivos, porque não condizem com o progresso e tampouco com o capitalismo, dessa maneira há uma ruptura na percepção do tempo, este em detrimento a essas novas configurações de ordem social e do trabalho, é percebido em constante movimento de aceleração. O tempo que outrora seguia a natureza, o tempo do campo, passa, para algumas camadas populacionais a ser ditado pelo apito do trem, pelos sinais das fábricas, pela urbe. Sendo assim outros ritmos e cotidianos são vivenciados.

Somadas a tais necessidades de um novo tempo modernista que se impunha, havia o desejo, projeção ou crença por uma fração de homens influentes, em um horizonte próximo, no qual o Brasil alcançaria um nível elevado de progresso por meio da modernização iminente, se ajustando desta forma ao polo civilizado de matriz europeia. Para este feito era preciso compreender a formação do país, perpassando as mais diversas áreas de conhecimento. Tornou-se de suma importância a investigação do passado como rumo possível de conhecer a origem e formação étnica do povo brasileiro, assim como o estudo de aspectos da flora, fauna e extensão geográfica de nosso país, como forma de perceber sua dimensão territorial, possibilidades de riquezas e novos marcos civilizatórios.

Em consonância com as demandas de modernidade, o cenário intelectual brasileiro nas últimas décadas dos oitocentos foi marcado por diversas correntes científicas e filosóficas, importadas dos países ocidentais do norte, que são pensadas sob a ótica das conjunturas político sociais brasileiras. Nesta transição entre séculos, foi introduzido ao pensamento brasileiro as teses do positivismo, darwinismo social, eugenia, dentre outras.

Nota-se que no discurso dos intelectuais da transição do Segundo Reinado à República havia um ideal modernizante que encontrara nas ciências seu veículo condutor. Havia uma busca pelas raízes da formação do país para a formulação da escrita de sua história, e na falta de uma história anterior à chegada portuguesa que não era conhecida, ou não se pretendia conhecer, essa origem histórica foi representada pelas caricaturas do indígena e posteriormente da pessoa africana e seus descendentes, a fim de atribuir à elas alguma parcela do fomento da história do Brasil. A falsa inserção desses sujeitos como agentes históricos ainda era restrita a lugares específicos. O grupo indígena congelado no ponto da conquista no século XVI e as pessoas negras na condição de escravizadas.

[...] Afinada com o indianismo, a historiografia do IHGB compensava a ausência de história com a recuperação das civilizações indígenas já desaparecidas, dando-lhes o caráter de substitutivo da Idade Média européia que não tivemos. Seus estudos fixaram e difundiram os temas e símbolos de um Estado nacional, centralizado, com território unificado e povo mestiço. Buscavam uma posição simbólica para africanos e indígenas, efetivamente destituídos de cidadania⁶.

Nesse sentido, em meio a crises do sistema imperial escravista houve um desejo por parte dos homens produtores de conhecimento daquele contexto, em discutir o quadro do país, bem como de seu povo, mediante a três séculos da chegada lusitana em solos brasileiros, e com ela uma nova organização social determinada, assim como a ligação com o continente africano, cujo povo também estabeleceu aqui relações de sociabilidade, ainda que partindo de um lugar distinto do português.

Anseios de modernidade e projeções de um futuro próspero para um país que se fundou no bojo da colonização alinhavam-se com o discurso desses intelectuais, que através dos institutos científicos a eles ligados, produziram uma série de pesquisas e estudos sobre a

⁶ ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra. 2005.p. 56

atual conjuntura do Brasil e seus habitantes. Buscava-se uma explicação para o atraso brasileiro quando comparado às nações europeias e norte-americanas, e a resposta para tal questão foi pensada a partir da composição da massa popular e seus arranjos sociais, embasadas pela ciência que se incumbiu de elucidar em termos biológicos a formação étnica da população brasileira na intersecção dos três grupos que a compõem.

Raça é um dado científico e comparativo para os museus; transforma-se em fala oficial nos institutos históricos de finais do século; é um conceito que define a particularidade da nação para os homens de lei; um índice tenebroso na visão dos médicos. O que se percebe é como em determinados contextos reelaboram-se símbolos disponíveis dando-lhes um uso original. Se a diferença já existia, é nesse momento que é adjetivada.⁷

Dessa forma, gradualmente se formulou teorias científicas que prometiam explicar a categoria Raça. A questão da mestiçagem e seu legado deixado após séculos de contatos entre grupos diferentes também é tema recorrente no debate intelectual em fins do século XIX. É nesse contexto que há a epistemologização do que se entende por Raça, bem como seu produto deixado à população brasileira, o caráter mestiço.

A ciência histórica também reproduziu em suas análises estas tópicas racistas, as quais aparecem na compreensão histórica do próprio Estado brasileiro naquela conjuntura, bem como uma das premissas para a escrita de uma história do Brasil. Percebemos nesse contexto que a mestiçagem era recorrente nas teses sobre a formação histórica da nação, assim como resposta para o atual estado de coisas.

Em 1839 o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) recebeu a dissertação de Karl Friedrich Philipp Von Martius, na qual o médico e botânico escreveu acerca da regularização de um sistema de escrita da história do Brasil após séculos de interferência de outras culturas. O instituto esperava receber ideias que iluminassem aspectos de pesquisa e metodologia voltados para a compreensão do que entendemos por historiografia brasileira, embora este termo ainda não estivesse bem delineado. Respondendo a tal demanda, Von Martius escreve à fundação um texto, intitulado por ele de *Como se deve escrever a história*

⁷ SCHWARCZ, Lilia Mortiz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil- 1870-1930*. São Paulo: Companhia da Letras. 1993. p. 242

*do Brasil*⁸, no qual o autor aponta o quão promissor era pensar a escrita da história de um país com formação racial peculiar.

A leitura de Von Martius nos evidencia a temática da composição étnica mestiça da população brasileira como elemento inicial para formular a escrita da história do país. No texto, o intelectual aponta que para compreender a história do Brasil se faz necessário, dadas as circunstâncias de formação, que se pense a contribuição dos três troncos étnicos para a composição da pessoa brasileira e sua história. Através da análise do quadro apresentado por Von Martius fica destacada a crença em uma superioridade do grupo branco, polo colonizador e dominador, entendido como o mais forte, em sobreposição à fração indígena e africana incivilizada, dominada e escravizada.

Embora o autor se dedique a narrar a contribuição deixada pelos dois grupos étnicos como significativa e como agentes formadores, ele as coloca como responsáveis pelos pontos negativos da composição do que é ser brasileiro (a). A análise de Von Martius, assim como de outros intelectuais que esboçaram estudos semelhantes, partia da ideia que a notabilidade das “Raças” humanas deveria ser medida através de seus marcos civilizatórios, avanços tecnológicos e vestígios de uma história escrita e/ ou de monumentos deixada. A ideia cristã ocidental de moral, caráter e civilidade também eram atributos que colaboraram para o desenvolvimento da nação, sendo informações relevantes para a compreensão de sua atual condição.

Cada uma das particularidades físicas e morais, que distinguem as diversas raças, oferece a êste respeito um motor especial, e tanto maior será a sua influência para o desenvolvimento comum, quanto maior fôr a energia, número e dignidade da sociedade de cada uma dessas raças. Disso necessariamente se segue o português, que, como descobridor, conquistador e senhor, poderosamente influenciou naquele desenvolvimento; o português, que deu as condições e garantias morais e físicas para um reino independente; que o português se apresenta como o mais poderoso e essencial motor. Mas também de certo seria um grave erro para todos os princípios da historiografia-pragmática, se se desprezasse as forças dos indígenas e dos negros importados, forças estas que igualmente concorreram para o desenvolvimento físico, moral e civil da totalidade da população.⁹

⁸ MARTIUS, Karl F. Philipp Von. *Como se deve escrever a história do Brasil*. Rio de Janeiro: Dissertação entregue ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, jan.de 1843.

⁹ *Ibidem* 8 p.30

Dessa forma, embora não as retire totalmente do lugar de fontes para a formação histórica do Brasil e ainda afirme, como no título de sua tese, que se “deve” valer da contribuição da “raça de cor de cobre¹⁰” e da “etíope¹¹” para se escrever a história do Brasil, percebemos o lugar específico que a herança indígena e negra foi escolhida para ocupar nessa organização, como sub interventoras, responsáveis pelo atraso e parte ínfima no todo que poderia ser a pessoa civil brasileira. Em contrapartida, a contribuição branca se destaca e assume um lugar de poder, sendo relegada a ela os perfis de adequação, projeção e beleza.

Semelhante ao pensamento de Von Martius, embora considere incompleto o apresentado pelo naturalista, Silvio Romero em sua *História da literatura brasileira - fatores da literatura brasileira* discorre quanto à composição mestiça da população brasileira como condição primária para a formação do povo e por consequência também formadora de sua história.

Romero aponta que mediante a formação mestiça do povo brasileiro, não é possível traçar a história da nação se valendo apenas da composição histórica dos três grupos étnicos que a fomentaram de forma separada, como alguns outros teóricos se incumbiram de fazer. Segundo o historiador era preciso se atentar ao novo ente que se formara, o ser mestiço, para a partir daí analisar e escrever seu passado histórico e compreender seus desdobramentos.

A leitura do intelectual pernambucano ainda nos revela o estado de importação de ideias no qual se encontrava a produção de epistemologias no Brasil. Podemos observar que a escrita da história brasileira estava relacionada metodologicamente a interpretação destes autores das diversas correntes filosóficas em voga no mundo europeu e como esses homens as repensaram sob a lente da sociedade brasileira. Romero, embora critique a autenticidade de uma produção brasileira que se espelhava em demasiado a de algum país europeu, demonstrou se valer, principalmente do aspecto evolucionista biológico, pautado na Europa, para construir sua *História da literatura brasileira*.

Os marcos temporais estabelecidos por Romero para delimitar as escolas literárias brasileiras datam de 1500 à 1870, período que ele divide em quatro fases. A primeira em referência à chegada portuguesa, momento que ele chama de *formação*, perpassando a colônia, romantismo chegando à contemporaneidade. Percebe-se que o autor considerava uma construção literária que dê conta do universo narrável do Brasil, relatando seus aspectos de

¹⁰ *Ibidem* 8. p.30.

¹¹ *Ibidem* 8. p. 30.

constituição, que a fizesse de forma crítica e com referencial teórico, contudo, que não se fabricasse apenas pela importação direta de estrangeirismos ou a uma utopia de fundo romântico.

Se referir à contemporaneidade e indicar a sua geração enquanto ponto de partida dela é um fato a ser observado. Aqui fica demarcada a crença em um horizonte moderno, sendo o tempo presente do autor o momento de transição para o aguardado progresso. “O tempo presente é um sinal que identifica um discurso como a linguagem de um observador” (FABIAN. 2013). O discurso, objetos de pesquisa e o aporte teórico de Romero se assemelham a uma gama de outros intelectuais de seu tempo. A investigação dessas produções de conhecimento nos dá amostra da composição da inteligência brasileira, sobre quais prismas era fundamentada e sobretudo, o caráter modernista dessas formulações. Essas projeções nascem a partir de um incômodo ou problemáticas que têm um eixo comum: a mestiçagem.

Quando nos voltamos para o discurso dos autores modernistas mobilizados neste trabalho, podemos investigar a elaboração de uma etnografia racista, anacrônica, causalista, determinista e construtora de estereótipos sobre o grupo observado. O modernismo pautado no Brasil desde o século XIX implicou em uma produção discursiva radical sobre o sujeito de conhecimento, fundamental para a construção do Outro.

[...] as relações entre um determinado tipo de discurso temporal e seu referente, assim como as relações entre operadores temporais específicos e seus significados são raramente, se é que alguma vez o são, manifestamente referenciais. O que o discurso temporalizador e os instrumentos temporais tem a dizer sobre o Tempo e as relações temporais deve quase sempre ser averiguado em um contexto mais amplo, e em um nível mais elevado do que aquele em que os usos do Tempo podem ser primeiramente identificados. O termo primitivo, por exemplo, não é (apenas) temporalizador enquanto item léxico. Ele é o termo-chave de um discurso temporalizador.¹²

A partir desse eixo surgem impasses: ter uma composição popular mestiça que adquirira ao longo do tempo as características do tronco indígena ou africano, e por isso sucumbia ao atraso estava em oposição ou choque aos ideias de progresso e modernização.

¹² FABIAN, Johannes. *O tempo e o outro: Como a antropologia estabelece seu objeto*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes. 2013. p. 109.

Em concordância, o estudo da história das letras brasileiras os levou a raiz histórica de formação mestiça, a literatura brasileira também se constituiu a partir de hibridismos, assim como o povo e sua história. Por fim, a escrita da história brasileira estava atrelada ao estudo da mestiçagem, embora se formasse a partir das heranças das matrizes originárias, deveria ser pensada como um novo objeto, que demandava um estudo próprio.

É importante salientar que a produção de epistemologias que davam conta de envolver a categoria mestiçagem foram pensadas sob a lente de teorias que estavam em voga no mundo europeu e eram amplamente acolhidas pelo intelecto brasileiro e que representavam um campo diverso de domínio de assuntos, cabendo a cada teórico escolher as que melhor contemplavam seus estudos.

Para analisar o discurso proferido pelos homens de ciência deste período precisamos situá-los nas circunstâncias de seu estabelecimento. É substancial refletir sobre o *frenesi* de ideias que vigorava no Brasil na transição do século XIX para o seguinte, as quais resguardavam cientificamente as teses defendidas por esses autores. Esse movimento nos ajuda a compreender suas falas e pode evitar anacronismos. As bases teóricas utilizadas nas ciências brasileiras eram diversas.

Dentro do contexto intelectual da época, a produção de Romero se destacou pelo radicalismo das posições e o apego ao naturalismo evolucionista, em oposição ao positivismo francês*. Empregando uma terminologia até então desconhecida - retirada de autores como Heckel, Drawin e Spencer-, esse intelectual de Recife acreditava ver na mestiçagem - tão temida - a saída para uma possível homogeneidade nacional.¹³

O campo de conhecimento “historiografia brasileira” ainda não estava bem delimitado, percebemos que a escrita da história do Brasil estava vinculada aos capítulos de história da literatura ou ao domínio das ciências sociais. Contudo, em fins do século XIX, a cientificidade dos estudos históricos sobre uma nação atribuíam a ela conotações de progresso e modernidade. A cientifização da História e a elaboração de uma historiografia brasileira ainda estavam sendo pautadas, esses conceitos só irão se estabilizar na segunda metade do século

¹³ *Ibidem* 7. p. 153.

* Em *O evolucionismo e o positivismo no Brasil* (1895), Sílvio Romero se concentrou em destacar a relevância das idéias evolucionistas para o contexto nacional, e atacou o que chamou ser "a exterioridade do pensamento positivista" (SCHWARCZ. 1993).

XX, mediante a compreensão da categoria “Historiografia” como àquela que designa a escrita histórica feita por profissionais formados em universidades¹⁴.

Havia um projeto nacional de modernidade para o país que começa a ser pautado em fins do século XIX e se consolida no regime republicano, o qual almejava seguir a lógica modernista ocidental, se atentando às demandas de um país colonizado como Brasil. Parte deste projeto constitui na busca por uma identidade nacional, contudo, nessa conjuntura já éramos uma população diversa, étnica e culturalmente, tornando difícil uma construção identitária única. O esforço de intelectuais modernistas em alcançarem essa utopia identitária, fez com que grupos fossem generalizados.

O modernismo pode ser compreendido como um discurso que permite ou tem como consequência o surgimento de movimentos artísticos, teóricos, sociais etc. no tempo/ espaço, que desperta a consciência de modernidade, onde se projeta o novo, o avanço, selecionando partes específicas de um passado que pode ser ressignificado ou sentimentos de ruptura com o que deseja ser esquecido. “Compreender o modernismo é buscar localizá-lo na dinâmica histórica, atentando às suas diferentes inserções, formas e expressões¹⁵”

Deste modo, desde o século XIX ainda sob regime imperial, podemos perceber nos autores mobilizados a estruturação de desejos por modernização. Embora as artes demarquem o movimento modernista a um limite de tempo específico, que engloba as primeiras décadas do século XX, a produção de uma intelectualidade modernista é anterior a este tempo. Buscamos desarticular a ideia que o restringe a um movimento de caráter somente artístico/literário/arquitetônico. Entendemos que o modernismo está inserido dentro de um contexto político de transição do regime monárquico para a estruturação da recém nascida República brasileira, dentro desse *locus*, os autores debatidos trazem uma narrativa sobre as intenções, projeções e percepções do tempo vigente. Entender o modernismo somente pela ótica da Semana da Arte Moderna em São Paulo significa excluir uma gama de outros universos culturais que antecedem ou ultrapassam o ano de 1922.

¹⁴ SANTOS, Pedro A. C. dos; PEREIRA, Mateus. H. F. *Mutações do conceito moderno de história? Um estudo sobre a constituição da categoria "historiografia brasileira" a partir de quatro notas de rodapé (1878-1951)*. In: SILVA, Ana Rosa Cloquet; NICOLAZZI, Fernando; PEREIRA, Mateus (Orgs.) *Contribuições à história da historiografia luso-brasileira*. São Paulo: Hucitec, 2013. p. 15-73

¹⁵ VELLOSO, Mônica Pimenta. *O modernismo e a questão nacional*. In.: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge. *O Brasil republicano o tempo do liberalismo excludente- da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 3ª edição. 2008.

Os homens das letras do século XIX, ao pensarem a origem, formação, constituição e história do Brasil a faziam a partir da projeção da modernização como horizonte. A periodicidade que contempla o modernismo enquanto expressão artística é ampliada quando analisada pela ciência histórica. Parte de uma intelectualidade dos oitocentos traçaram um plano para um Brasil de futuro moderno. Os discursos, teses e demais produções de conhecimento construídos desde meados do século XIX podem ser lidas como parte de um projeto modernista. As manifestações estéticas do século XX são materializações de um desejo antigo por modernização.

Havia determinadas partes de um passado que eram antagônicas à história que se objetivava pautar, e que tampouco eram desejáveis ao Estado. O passado escravista, colonial e portanto subjugado, o amálgama étnico eram questões compartilhadas pelos que foram incumbidos de narrar a história, contudo a perspectiva sobre tal narrativa, partia de lugares pouco flexíveis. Por conseguinte, foi necessária a investigação de eventos e personalidades que interferiram nos universos brasileiros, a narrativa destes ainda estava passível às demandas políticas de seu tempo. Tanto o império decadente quanto a recém proclamada República buscou por seus heróis nacionais e se valeu do espírito nacionalista para a construção de seus cânones.

Os intelectuais modernistas delimitaram o que era moderno e contemporâneo e também selecionaram e afastaram o que deveria ficar no passado pois simbolizava o atraso. As partes que não foram escolhidas como pertencentes à narrativa histórica ou que não houve assimilação iriam gradualmente se dissipar, por não conseguirem caminhar na marcha do progresso. Embora seja carregada de *estereotipagens*, podemos perceber no texto euclidiano a ambivalência gerada em torno da mestiçagem. Não cabe à uma análise histórica a redução do discurso de Euclides da Cunha a um tom maniqueísta. O que tal ciência permite e que constatamos na produção deste trabalho, através do recorte temporal que escolhemos, é o percurso no qual ocorreu paulatinamente a positivação da mestiçagem, para uma falsa inclusão da pessoa mestiça na sociedade brasileira. Percebemos a epistemologização da categoria raça por meio de um científico racista que vigorava no país desde o século XIX. Através da leitura dos autores e autoras mobilizadas entendemos que se criou um sistema completo de registro de símbolos e imagens que eram compreendidos por um universo intelectual sobre a ideia de paraíso racial brasileiro pós-Abolição, o qual serviu como subsídio para a consolidação do mito da democracia racial.

A historicidade modernista escapa a uma periodização, a categoria modernista pode percorrer tanto uma forma pretérita quanto futura àquela delimitada pelas artes. Define o tempo histórico de forma linear, progressista e irreversível, sendo este tempo selecionado, estipulado como “O tempo” único e possível para o Brasil¹⁶. (ARAÚJO; FREIXO. 2018. p. 13) Pode ser entendida como uma forma de representar o plano nacional a medida que se busca origens, formações, gênese se cria uma ilusão de autenticidade. O conhecimento acerca da história do país e seu povo eram pontos de uma sociedade no caminho do progresso e civilidade. A metodologia e campo de investigação da história neste contexto, ganhavam caráter científico, afastando cada vez mais dos estudos literários. Quando uma parte específica da história de um macrocosmo é escolhida para ser evidenciada, encobre-se outras realidades plurais que ficam submersas.

A formação de uma cultura nacional modernista implicava na tentativa de uma unidade nacional a qual supostamente englobaria sujeitos e comunidades sob a mesma língua, tradições, religião. Contudo, essa hegemonia não se materializou no plano real da nação brasileira, culturas, religiões, línguas foram extintas ou silenciadas.

O caráter etnográfico de produção de cultura histórica modernista do século XIX serviu como base para as produções futuras que se pautavam em um racismo científico, que não dava conta por si só de lidar com a diferença. Dessa forma, a tentativa de explicar a mestiçagem se configurou sob a forma racista de entrepor a contribuição étnica dos povos originários e africanos, bem como de seus descendentes. Na separação humana entre raças feita pelo grau de modernização, da qual se incumbiu tal etnografia, ficou relegada a “raça” branca a civilidade, a capacidade de se manter semelhante ao modelo europeu, tido como “norte”, em contrapartida, aos demais grupos se relegou a marginalidade e o atraso.

O campo contemplativo de uma etnografia como foi estabelecido em fins do século XIX, com principal atenção para o tipo de escrita etnográfica traçada por Euclides da Cunha, principal foco de análise deste trabalho, foi feito através de uma metodologia que define como objeto desta etnografia as “raças” cabíveis à análise por serem consideradas fora do eixo de normatividade. A palavra etnia como usada por autores modernistas, tinha um caráter

¹⁶ ARAÚJO, Valdei Lopes; FREIXO, André de Lemos. Prefácio a BEVERNAGE, Berber. In.: *História, Memória e Violência de Estado: tempo e justiça*. Mariana: Milfontes; SBTHH, 2018. p.13-22.

homogeneizador e fundacional, premissa básica para a estruturação de uma identidade cultural.

Capítulo III - República, literatura e o problema da *cor local*: Os sertões de Euclides da Cunha.

O modernismo brasileiro, como foi esboçado pelo pensamento intelectual, apresentava dualismos que entraram em colisão, a medida que as projeções não eram compatíveis à realidade. Se acentuava a antítese entre o meio rural e a estrutura urbana a ser trilhada. O campo simbolizava o passado atrasado, que logo sucumbiria em oposição ao futuro próximo de progresso das metrópoles urbanas que se pautavam sob um tempo acelerado. Dessa forma, nos é construída imagens de “Brasis” discrepantes, que não dialogam. Os sertões e sertanejas e os mundos da vida que se construíram ali, estavam fora da modernidade. Ao mesmo tempo que houve uma retomada à uma antiguidade brasileira que encontrara nos sertões a chave de compreensão para uma possível narrativa histórica, havia também uma parte a ser velada dessa história pois não dialogava com o modernismo.

Aceleração, esta era a sensação reproduzida nos textos e discursos nos centros urbanos em formação no limiar da primeira República. Cenários fabris, comerciais e dinâmicos tomam lugar em uma sociedade de passado majoritariamente agrário. O fluxo migratório se intensificou neste período em virtude do direcionamento de ofertas de trabalhos e novos ofícios criados nas metrópoles em construção e de um novo mercado consumidor, como também na vinda de estrangeiros como meio de substituição da mão de obra escravista, mediante a uma tentativa política de branqueamento da sociedade.

Novos sons passam a existir devido à tecnologia do maquinário das fábricas e meios de transporte. Transformava-se a maneira como se aprecia as artes plásticas, se escutava a música. Outros universos narráveis, assim como anseios literários que expressassem os novos mundos da realidade que se pautava, ainda que em alguns pontos não fosse um quadro belo a se narrar, faziam parte de uma gama de sentidos explorados no período entre séculos. Com a modernidade, encontrando seu principal motor na ideia de novidade, a qual a República podia representar em seus desdobramentos, houve a construção de novos cotidianos e novos sentimentos despertados pelo urbano.

Em meio a um cenário imperialista, onde as antigas colônias vão gradualmente se emancipando, embora o corte com a metrópole não seja radical, houve a procura destes países colonizadores para novos caminhos de colonização, travando uma nova corrida entre si, e si projetando novamente como agentes civilizadores, em missão na África e Ásia. Contudo, as

nações americanas que ganharam certa autonomia política, ainda estavam ligadas às suas antigas metrópoles coloniais devido às relações destes pólos de poder como exportadoras de tecnologias. Dessa forma, se cria através de uma tópica modernista, a ideia de atraso inerente às ex-colônias, cuja solução se daria mediante à aparatos fornecidos pelos países do norte desenvolvido, estes seriam os responsáveis pela modernização das antigas colônias. Essas tecnologias importadas estavam voltadas para se criar uma sensação, ainda que efêmera de bem estar naqueles indivíduos que podiam usufruir dos avanços científico- tecnológicos que a economia capitalista podia oferecer¹⁷.

Tais avanços podiam ser encontrados nas mais diversas esferas da vida humana, no avanço da medicina, como erradicar doenças por meio de vacinas, no saneamento básico. A indústria bélica e automotiva também se modernizaram e entraram em diálogo. O rádio rompeu com o silêncio do ambiente doméstico propiciando um novo veículo de comunicação. A experiência visual também foi relevante, já no império havia a apreciação da fotografia, embora esta fosse restringida à elite, existe por exemplo, um acervo fotográfico de registros de viagem do imperador D. Pedro II¹⁸ denotando o entusiasmo do monarca com a fotografia . Do mesmo modo, o cinema foi um recurso audiovisual que possibilitou novas formas de entretenimento para as classes abastadas que podiam usufruí-lo no começo do século XX, uma expressão artística moderna que encantava seus primeiros espectadores.

A estrutura da sociedade brasileira passava por uma reorganização a medida que se pautavam novas classes sociais, resultantes do contingente de pessoas negras recém libertas, que não se tornaram de fato cidadãs. Aqui se configurava uma falsa cidadania justificada pela abolição legal de 1888, contudo, não havia estatuto político voltado às demandas dessa população, seus corpos subjugados, ocupavam as margens da sociedade que se erguia. O acesso a direitos civis, como moradia, educação e saúde eram limitados ou mesmo nulos.

Como antítese a este movimento de aceleração temporal sentido nas grandes metrópoles, havia uma parcela considerável das terras do interior do Brasil que não sofreu o mesmo impulso do relógio modernizador. No campo, o tempo ainda era percebido sob o

¹⁷ SEVCENKO, Nicolau. *O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso*. In.: NOVAIS, A. Fernando; SEVCENKO, Nicolau (organizador do volume) *História da vida privada no Brasil. República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.vol. 3, p. 7- 48.

¹⁸ Para uma melhor averiguação consultar *Brasiliana Fotografia*. Site que representa a união de esforços da Fundação Biblioteca Nacional e do Instituto Moreira Salles que reúne um vasto acervo fotográfico, dentre eles do monarca brasileiro. Disponível em: <http://brasilianafotografica.bn.br/>. Acesso em: junho de 2019.

marasmo quase estático¹⁹. Dessa forma se cria a ideia de localidades brasileiras distintas entre si, como se no mesmo país houvessem dois tempos que se chocam, e portanto representam realidades diferentes.

O Romantismo, da forma que se manifestou no Brasil, foi um meio de difundir a imagem estereotipada de indígenas e africanos (as). O romance romântico - o romance realista e regionalista também o fizeram, sob outras formas de linguagem e estética - se empenhou em retratar a composição geográfica do país, reafirmando de forma saudosista a especificidade da flora e fauna brasileira e o caráter mestiço da população, a *cor local* do país. Através dessa somatória de ações, percebemos como marco da modernidade brasileira a exotificação, folclorização e produção de caricaturas sobre os agentes sociais que não faziam parte do núcleo branco.

Havia uma intenção na literatura brasileira de incorporar elementos a sua narrativa que aparentassem autenticidade, para tal, se criou a ideia de relacionar à escrita literária aspectos que representassem temáticas consideradas genuinamente brasileiras. Nesse sentido, se incorpora a pessoa indígena, negra e camponesa como correspondente do arquétipo romântico idealizado do (a) brasileiro (a). Da mesma forma, se torna objeto literário a narrativa que acontece nas paisagens naturais do Brasil, florestas, pampas e o sertão eram locais escolhidos para a criação textual da literatura que para parecer verdadeiramente brasileira trazia interpretações sobre o que era denominado por *cor local*. Sendo assim, fazia parte da tópica modernista a contemplação do regional somada à presença da cor local como meio de representar o universal.

Machado de Assis, antes da República, em 1873, escreveu, dentre outros assuntos sobre o recurso da cor local no meio literário. Em sua *Notícia da atual literatura brasileira: Instinto de nacionalidade* o autor faz uma síntese sobre como compreende a literatura brasileira no contexto de transição de regimes políticos. A necessidade de se reafirmar, tanto o Império quanto da República incitava suas próprias utopias nacionalistas, que reverberavam no modo de escrever obras literárias no Brasil, as propostas ideológicas de ambos os regimes eram transmitidas para uma projeção estética literária.

¹⁹ NEVES, Margarida de Souza. *Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX*. In.: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge. *O Brasil republicano o tempo do liberalismo excludente- da Proclamação da República à Revolução de 1930. Civilização brasileira*, 3ª edição. Rio de Janeiro. 2008. p. 15.

A cor local pode ser entendida como a descrição da natureza, da língua, cultura e formação étnica brasileira. A crítica de Machado se dá mediante ao uso vazio desse recurso. Apenas narrar a cor local de um país não implica fazer literatura brasileira. Para construção de tal literatura se fazia necessário entender o contexto no qual se está inserido, ser contemporâneo em seu tempo através de uma observação atenta.

Um poeta não é nacional só porque insere nos seus versos muitos nomes de flores ou aves do país, o que pode dar uma nacionalidade de vocabulário e nada mais. Aprecia-se a cor local, mas é preciso que a imaginação lhe dê os seus toques, e que estes sejam naturais, não de acarreto. Os defeitos que resumidamente aponto não os tenho por incorrigíveis; a crítica os emendaria; na falta dela, o tempo se incumbirá de trazer às vocações as melhores leis.²⁰

Percebemos a partir daí que a narrativa sobre os sertões se fazia de maneira dicotômica. Embora, dentro disso que definimos como modernismo caiba o “sertanismo”, a valorização do sertão e dos sujeitos sertanejos se constitui como uma idealização da cor local na literatura regional, o que pode ser melhor percebido nos romances regionalistas que surgem em maior profusão a partir da década de 1930²¹. Em contrapartida, a partir dessa atmosfera regionalista-modernista podemos pensar nas estruturas linguísticas que figuraram a “sociedade sertaneja” sob o prisma do desejo por modernização, como antítese do moderno, e mola mestra de dominação e controle sobre o imaginário do Brasil “profundo” ao longo da história.

Como resposta à fragilidade estatal diante das novas composições sociais, no regime republicano houve diversos levantes populares contra a instituição que se pautava. A exemplo

²⁰ ASSIS, Machado. *Notícia da atual literatura brasileira. Instinto de nacionalidade*. Obra Completa de Machado de Assis, Rio de Janeiro: Nova Aguilar, vol. III, 1994. Publicado originalmente em *O Novo Mundo*, 24/03/1873. p. 06.

²¹ “Em rápida sequência estrearão e dominarão a cena literária por vários decênios, com apogeu nos anos 30 e 40, Rachel de Queiroz, do Ceará, José Lins do Rego, da Paraíba, Graciliano Ramos, de Alagoas e Jorge Amado, da Bahia (...)

Seria injusto, por não ser nordestino e pouco ter de rural - ao contrário, urdindo romance após romance um painel da pequena burguesia urbana gaúcha (de 1933 a 1943) ou então uma saga da colonização do extremo Sul arrancando do campo em *O tempo e o vento* (de 1949 a 1962) -, deixar de citar um importante regionalista como Érico Veríssimo. Outro gaúcho, menos conhecido e de obra escassa porém refina, é Dionélio Machado, autor de *Os ratos* (1935) e *O louco do Catí* (1942), entre outros, sendo que este último foi colocado por Guimarães Rosa entre os dez melhores romances brasileiros. E de Minas Gerais viria *O amanuense Belmiro* (1937)” (Cyro do Anjos.) In.: GALVÃO, W. (2000). *Anotações à margem do regionalismo. Literatura E Sociedade*, 5(5), 44-55. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2237-1184.v0i5p44-55>. Acesso em: junho/2019.

da discrepância entre o campo e a cidade, em 1893 no interior da Bahia, ocorre um levante popular de caráter religioso, no povoado de Canudos. Fugindo da arbitrariedade dos potentados locais, assim como aos anseios de modernidade e composições de novos cenários que bruscamente alteraram a vida sertaneja, pequenos agricultores locais, se juntaram a um líder religioso a fim de traçar uma alternativa de sobrevivência em um contexto que não os acolhia.

Na obra do escritor Euclides da Cunha *Os Sertões*²², de 1902, o autor em três capítulos, intitulados *A terra; O homem e A luta* relata sua expedição ao povoado de Canudos, no interior da Bahia, o autor parte para o sertão baiano a fim de documentar a guerra de Canudos. O movimento de Euclides parte do litoral, com uma visão republicana da revolta e ao se deparar com as conjunturas reais do conflito sertanejo compreende que as questões trazidas pelos habitantes de Canudos iam além de um motim pautado em mesianismo primitivo.

Nascido em Cantagalo, no Rio de Janeiro, Euclides da Cunha foi um engenheiro, escritor, jornalista, com uma breve carreira militar. Afinado com os ideias republicanos, o intelectual era estudioso das correntes filosóficas que embarcaram no Brasil ainda no século XIX, se apropriando de algumas delas ao fazer a narrativa acerca do movimento de Canudos. Como resultado de uma intensa imersão no universo sertanejo, dos relatos de viagem, assim como a reportagem ao jornal *A província de São Paulo*, Euclides da Cunha publicou em 1902 o texto *Os sertões*.

O narrador pode ser entendido como um sujeito moderno, distante, separado do objeto, à medida que era um homem contemporâneo, ao passo que os sertanejos (as) não o eram. O afastamento entre Euclides da Cunha e a obra não é apenas geográfico, na narrativa fica destacada a não inserção dos sertões e habitantes no tempo moderno. Através de uma linguagem eclética, mescla de cientificismo oitocentista, pensamento racista e românticos poéticos, fica visível a assepsia temporal entre autor e objeto narrado. A importância que o escritor dá a linguagem o separa ontologicamente de seu “objeto” (o sertão e os sertanejos) e assegura a sua voz a legitimidade modernista.

Euclides da Cunha pode ser pensado como um escritor viajante, afinal *Os sertões* é um texto altamente denso em suas descrições, que vai desde caracterizações do meio físico-geográfico (a paisagem, o clima, a vegetação) ao tipo humano (jagunço/sertanejo) que

²² CUNHA, Euclides. *Os sertões*. Rio de Janeiro: Publifolha, 39ª ed., 2000.

habita o local do conflito, Canudos. Tratando-se do último, o discurso produz o povo sertanejo em uma categoria de sub-raça: “Faltou-lhes porém, uma situação de parada ou equilíbrio, que lhes não permite a velocidade adquirida pela marcha dos povos neste século. Retardatários hoje, amanhã se extinguirão de todo²³.” No trecho destacado, percebemos a tópica da superioridade racial, a qual o autor argumenta com detalhes no capítulo intitulado *O homem*, em que Euclides trata a miscigenação. Havia um projeto político de branqueamento social, justificado pelas teorias científicas racialistas, nas quais se acreditava na supremacia branca em detrimento aos outros grupos étnicos. Projetava-se um Brasil de futuro branco, pois as outras “raças” sucumbiriam ao atraso e não sobreviveriam ao meio²⁴. A obra tenta explicar o porquê desse atraso, atribuindo, dentre outros motivos, o isolamento em comparação às metrópoles que inviabilizou as trocas com o litoral civilizado.

Nas primeiras passagens da seção *O homem* o autor em primeira instância descreve a influência indígena, negro-africana e branca de forma isolada, no que ele intitula de *Complexidade do problema etnológico no Brasil*. em seguida fica evidenciada a crença da extinção gradual de traços indígenas e negros à medida que se sobressaíram as características brancas, entendidas por Euclides como raça mais forte, numerosa e dominante.

Alguns, firmando preliminarmente, com autoridade discutível, a função secundária do meio físico e decretando preparatoriamente a extinção quase completa do silvícola e a influência decrescente do africano depois da abolição do tráfico, prevêm a vitória final do branco, mais numeroso e mais forte, como termo geral de uma série para o qual tendem o mulato, forma cada vez mais diluída do negro, e o caboclo, em que se apagam, mais depressa ainda, os traços característicos do aborígine²⁵.

Ao longo do texto, pode-se notar como problemática central a formação mestiça do povo sertanejo. Nas três seções que a compõem, a interferência dos troncos étnicos na composição do tipo sertanejo são figuradas como atribuições individuais, de cada uma delas, às qualidades (negativas) que resultaram da mestiçagem no sertão. A distinção entre os mestiços “do litoral” e “do interior” se efetiva numa longa narrativa histórica do passado colonial, sobretudo à época das Bandeiras e da catequese forçada de povos originários e

²³ *Ibidem* 22. p. 01

²⁴ *Ibidem* 17. p. 17.

²⁵ *Ibidem* 22. p. 64.

populações afrodescendentes, como meio de evidenciar a influência do meio físico e geográfico sobre os encontros de indígenas, elementos negros e portugueses.

A mistura de raças mui diversas é, na maioria dos casos, prejudicial. Ante as conclusões do evolucionismo, ainda quando reaja sobre o produto o influxo de uma raça superior, despontam vivíssimos estigmas da inferior. A mestiçagem extremada é um retrocesso. O indo-europeu, o negro e o brasílio-guarani ou o tapuia exprimem estádios evolutivos que se fronteiam, e o cruzamento, sobre obliterar as qualidades preeminentes do primeiro, é um estimulante à revivescência dos atributos primitivos dos últimos. De sorte que o mestiço - traço de união entre as raças, breve existência individual em que se comprimem esforços seculares- é, quase sempre, um desequilibrado. Foville compara-os, de um modo geral, aos histéricos. Mas o desequilíbrio nervoso, em tal caso é incurável: não há terapêutica para este embater de tendências antagonistas, de raças repentinamente aproximadas, fundidas num organismo isolado. Não se compreende que após divergirem extremamente, através de largos períodos entre os quais a história é um momento, possam dois ou três povos convergir, de súbito, combinando constituições mentais diversas, anulando em pouco tempo distinções resultantes de um lento trabalho seletivo. Como nas somas algébricas, as qualidades dos elementos que se justapõem, não se acrescentam, subtraem-se ou destroem-se segundo os caracteres positivos e negativos em presença.²⁶

Percebemos a relação que o autor estabelece entre as ciências humanas, sociais e biológicas cujos campos ainda não estavam bem delimitados, se confundindo por vezes entre si. Havia ainda, como dito anteriormente a ligação com as artes por meio da literatura. Dessa forma o discurso científico²⁷ se embaralhou, por vezes, ao literário. Vale ressaltar, embora essa distinção ainda não fosse feita no recorte temporal aqui desenvolvido, que literatura (arte) e ciência são campos incomparáveis. Desde a sua publicação até os dias atuais quando é alvo de debates, a obra *Os Sertões* de Euclides da Cunha gera um duplo sentido, é pensada de forma sincrônica enquanto literatura e ciência, a medida que a obra possui marcas estilísticas

²⁶ *Ibidem* 22. p. 93- 94.

²⁷ “Discurso é um conjunto de enunciações que se subordina a uma determinada meta, que, de sua parte, determina o tratamento de suas partes. O exemplo mais evidente é do discurso científico. Sua meta é dominar o fenômeno que estuda, pela descoberta de seus traços específicos, a maneira como eles se relacionam entre si, sua autonomia ou articulação a fenômenos da mesma família, culminando no estabelecimento da lei que o explica em sua fenomenicidade.” In.: LIMA, Luiz Costa. *Os sertões : ciência ou literatura*. Aarhus, Dinamarca: Diálogos Latinoamericanos, núm. 2, Aarhus Universitet, 2000. pp. 39-48.

literárias, bem como atravessa áreas de conhecimento contempladas pela biologia, história e geologia.

No que tange o discurso histórico *Os Sertões* representa uma intenção de escrita da história do país que era almejada pela inteligência brasileira, a qual se fazia necessária e urgente após a República e a constatação de ausência de história nacional que impedia a população de se entender enquanto pertencente à nação. O caráter genealógico desenvolvido por Euclides pode ser entendido sob a lente da intenção de atribuir aos sertões brasileiros a origem de formação, ou depositar naquela localidade, estagnada a um tempo passado, um ponto de partida para a escrita da história nacional.

Esta ânsia de diferenciação integral de uma jovem nação explica o incremento que teve no século XIX o desejo de inventar um passado que já fosse nacional, marcando desde cedo a diferença em relação à mãe-pátria. Inspirada em parte por autores franceses interessados pelo exotismo americano, a crítica literária estabeleceu então que descrever a natureza e os costumes do país, sobretudo os das suas raças primitivas, era a verdadeira tarefa da literatura e o critério para identificar, no passado, aqueles que tinham contribuído para criá-la²⁸.

O diálogo com a biologia e com a geologia escolhidos como umas das linguagens narrativas nos ilumina outro aspecto do pensamento euclidiano, o autor parece entender a sociedade como um organismo vivo²⁹ e busca na divergência entre sertão/ litoral a resposta para as patologias sociais. Deste modo, o ambiente sertanejo e população mestiça deveriam ser estudados biologicamente para entender seu valor social e uma possível “cura”. Neste ponto fica evidenciado a crença em um determinismo climático, onde o meio físico justifica o humano, sendo assim, nas metrópoles urbanizadas e modernas estaria o homem civil, em contrapartida o ambiente sertanejo hostil possibilitava a iminência e propagação do homem selvagem.

[...] A seleção natural, em tal meio, opera-se à custa de compromissos graves com as funções centrais, do cérebro, numa progressão inversa prejudicialíssima entre o desenvolvimento intelectual e o físico, firmando

²⁸ CANDIDO, Antonio. *Literatura de dois gumes*. In.: A educação pela noite & outros ensaios. São Paulo: Editora Ática S.A 1989. p.174

²⁹ NICOLAZZI, Fernando. *Representação e distância: naturalismo, linguagem e alteridade na escrita de Os sertões*. In: SILVA, Ana Rosa Cloquet; NICOLAZZI, Fernando; PEREIRA, Mateus (Orgs.) *Contribuições à história da historiografia luso-brasileira*. São Paulo: Hucitec, 2013. p. 243- 283.

inexoravelmente a vitória das expansões instintivas e visando o ideal de uma adaptação que tem como consequências únicas, a máxima energia orgânica, a mínima fortaleza moral. A aclimação traduz uma evolução regressiva. O tipo deperece num esvaecimento contínuo, que se lhe transmite à descendência até a extinção total³⁰.”

O tipo de enquadramento epistemológico da escrita de *Os sertões* é eclético. A pretensa escrita da história é uma consequência do que se queria fazer no período, ao buscar as origens do povo brasileiro se reescrevia sua história. A situação da população brasileira enquanto marginal da sua própria história se dava devido a um povo que não se entende etnicamente e portanto não tem tradições nacionais. Os rompantes de lirismo revezam com a linguagem científica para dar o tom literário do texto.

A distância temporal dos sertões trazida no livro denota a terra sertaneja como situada em outra temporalidade, que não a moderna. O tempo, na narrativa euclidiana é uma categoria fundamental para entender a diferença, ferramenta que aproxima o semelhante e afasta o outro, atribuindo ao primeiro grupo a inclusão no tempo presente e com projeções de futuro e ao último o passado, sucumbido a ele, restando- lhes, quando muito, ruínas. Fazia parte da tópica modernista o ajustar de tempos, contudo, mediante a sensação de atraso endêmico atribuído aos sertões, não havia a possibilidade deste local se ajustar ao tempo moderno.

Assim sucede menos pelo estado de atraso endêmico das nações do continente do que como efeito de uma característica cultural de sua intelligentsia: (...) O tratamento filosófico das questões era confundido com o ecletismo e o antiexperimentalismo da época colonial, sendo então tomado como traço de letrados “ tradicionais” e incapazes de contribuir para a solução prática dos problemas. Ora, qualquer que tenha sido o transtorno ao tradicional introduzido pelos modernismos hispano-americano e brasileiro, nenhum dos dois atacou essa frente.³¹

A terra é o primeiro ponto mostrado pelo discurso euclidiano, neste trecho o autor faz uma descrição dos elementos que compõem o bioma sertanejo, suas peculiaridades se comparadas ao clima da metrópole. Ao fixar os sertões e sertanejas ao meio físico, o escritor relaciona o tempo percebido nos sertões, à terra, ao campo, diferenciando-o desta maneira ao

³⁰ *Ibidem* 22. p. 71.

³¹ *Ibidem* 4 p. 254.

tempo das cidades, que não mais segue a natureza. Essa distinção de temporalidades contribui com o discurso que coloca as sociedades que estão afastadas do modo de organização metropolitano como pretéritas. A narrativa foi feita de forma imperativa no sentido de ser consumida como verdade pelo receptor do texto.

Euclides se vale de recursos paratextuais que o localizam como narrador/testemunha. O olhar e a fala do autor têm garantia epistêmica. O local que o autor escolhe para escrever a obra é do positivismo, da racionalidade técnica, da ciência, da civilização moderna, bem como a concepção de tempo trazida por ele, pois está inserido na modernidade, sendo assim, um homem civilizado e contemporâneo dentro da lógica progressista a medida que na mesma linha de raciocínio as sertanejas e sertanejos não estão. Para o autor o progresso é algo inevitável, pois ele acreditava que estávamos condenados à civilização, e os grupos sociais que não dialogassem com os ideais civilizatórios estavam fadados ao desaparecimento.

O modernismo em *Os sertões* está presente na medida em que Euclides tenta, por meio das ciências, sobretudo biológicas e a narrativa histórica, pensar a gênese do sertanejo. Anseios que dialogam com os ideais modernistas. O que se pretende esboçar com a inserção de Euclides da Cunha no que apontamos como modernismo é frisar a intenção modernista do autor ao recorrer a cor local para compreender a conjuntura do país, traçar uma gênese dos sertões e pessoas que o habitam é uma projeção modernista, ao passo que busca raízes históricas para a compreensão de um objeto feita por um observador distante. Na obra nos fica demarcada a linha tênue entre a historicidade de Canudos, dos sertões e pessoas sertanejas com a ficcionalidade da narrativa do autor, que parte para a região com a incumbência de fazer uma reportagem, mas que anos depois entrega à sociedade brasileira o livro *Os sertões*.

[...] é moderna em Euclides a ânsia de ir além dos esquemas e desvendar o mistério da terra e do homem brasileiro com as armas todas da ciência e da sensibilidade. Há uma paixão do real em *Os sertões* em que transborda dos quadros do seu pensamento classificador; e uma paixão da palavra que dá concretíssimos relevos aos momentos mais áridos da sua engenharia social.³²

³² BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix 2ª ed, 1970, p. 344.

Euclides da Cunha constrói seu relato sob a ótica das teorias racialistas, as quais, assim como ele eram resguardadas pela visão positivista, pelo Darwinismo social, eugenismo, determinismo climático, etc. Percebemos na obra *Os Sertões*, ainda que seja carregada de racialismos, uma transição da caracterização do ser mestiço, no livro traduzido pelo (a) sertanejo (a), para uma representação ambivalente. Ao mesmo tempo que o autor entende o sertanejo como sub raça, ele os vê como pessoas fortes³³, com algum senso de moral, e de certa forma atribui a elas conotações positivas e, sobretudo, reconhece minimamente o abandono estatal como se pode observar no trecho segue, contudo, o discurso trazido na obra não é apologético, ao falar da força do povo sertanejo, Euclides está se referindo, com espanto, ao fato de que mesmo diante de um atraso secular a população sertaneja sobreviveu e continuava a existir e se multiplicar em um ambiente inóspito.

Vivendo quatrocentos anos no litoral vastíssimo, em que palejam reflexos da vida civilizada, tivemos de improviso, como herança inesperada, a República. Ascendemos, de chofre, arrebatados na caudal dos ideais modernos, deixando na penumbra secular em que jazem, no âmago do país, um terço da nossa gente. Iludidos por uma civilização de empréstimos; respingando, em faina cega de copistas, tudo o que de melhor existe nos códigos orgânicos de outras nações, tornamos, revolucionariamente, fugindo ao transigir mais ligeiro com as exigências da nossa própria nacionalidade, mais fundo o contraste entre o nosso modo de viver e o daqueles rudes patricios mais estrangeiros nesta terra do que os imigrantes da Europa. Porque não no-los separa um mar, separam-no-los três séculos.³⁴

Semelhante ao pensamento de Euclides da Cunha, também fomentada em um princípio de pensar a sociedade brasileira após três séculos de colonização, o historiador Capistrano de Abreu, escreveu em 1907 o livro *Capítulos de história colonial - (1500- 1800)*. Os capítulos finais da obra, intitulados respectivamente de *Os sertões* e *Três séculos depois* dialogam com o pensamento euclidiano a medida que trazem uma densa análise sobre os sertões brasileiros e população, assim como um balanço final sobre a conjuntura social do Brasil nos primeiros anos da implementação da República.

³³ OLIVEIRA, Ricardo de. *Euclides da Cunha, Os Sertões e a invenção de um Brasil profundo*. São Paulo: Revista Brasileira de História, v. 22, nº 44, 2002, pp. 511-537.

³⁴ *Ibidem* 22. p. 170.

Cinco grupos etnográficos, ligados pela comunidade ativa da língua e passiva da religião, moldados pelas condições ambientes de cinco regiões diversas, tendo pelas riquezas naturais da terra um entusiasmo estrepitoso, sentindo pelo português aversão ou desprezo, não se prezando, porém, uns aos outros de modo particular -- eis em suma ao que se reduziu a obra de três séculos.³⁵

A viagem de Euclides também tem um reverso, ao mesmo tempo que o autor volta seu olhar para o mundo sertanejo e a partir de sua inserção no local tem sua visão alterada pela amplitude real do movimento de Canudos, ele também tem um reflexo sobre o litoral, as discrepâncias da República que estava a se formar. Ao se aprofundar no “passado” representado por Canudos e o ambiente sertanejo, Euclides pode olhar para seu tempo presente e a ambiguidade também aparente na sociedade que se forma e que se auto proclama diferente do mundo interior.

³⁵ ABREU, Capistrano de. *Capítulos de história colonial: 1500- 1800*. Brasília: Conselho editorial do senado federal, 1998, p. 221.

Capítulo IV- Da construção do Outro ao elogio à mestiçagem.

Perpassando os séculos, as caricaturas sobre Caatinga e as pessoas sertanejas são transportadas pelos discursos sobre a modernidade, de modo ambíguo, tendo como veículos à ciência e a arte. Para representar a “cor local” de um país, que em tal conjuntura já possuía um grande número de pessoas mestiças³⁶, as mais variadas expressões artísticas buscaram inserir a mestiçagem em suas obras, contudo, a formularam como *estereotipagem*³⁷ tanto da pessoa mestiça, quanto dos sertões e sertanejas (os).

Respaldados pelo Darwinismo social, eugenia, positivismo dentre outras correntes filosóficas que legitimaram seus estudos, uma geração de intelectuais, sobretudo na década de setenta do século XIX, buscaram escrever a história do Brasil após séculos de colonização, assim como entender a formação de seu povo, esses homens de ciência, através de um discurso modernizante, procuraram raízes para o significado de ser brasileiro (a).

A temática da miscigenação, da mestiçagem e seus desdobramentos em um meio colonizado, foram assuntos que permearam o pensamento intelectual no século XIX sobre o Brasil. Homens de ciência tanto brasileiros quanto estrangeiros, naturalistas, etnógrafos, críticos literários, historiadores dentre outros produtores de epistemologias, se incubiam de traçar teses sobre a questão. Notamos como elo comum entre estes pesquisadores dos oitocentos uma tentativa de justificar o suposto atraso brasileiro, quando comparado às nações ocidentais do norte à mestiçagem. Segundo as teorias eugenistas a intersecção com o elemento indígena e negro resultaram em uma não compatibilidade com a civilidade, e a evolução econômica, científica e tecnológica pretendidas para o país

Mediante as diversas rebeliões dos povos escravizados ao longo dos séculos XVIII e XIX, a pessoa mestiça era entendida como domesticável, condizente com os projetos de colonização, adaptável às condições de vida no Brasil e ainda representavam um estágio

³⁶ Segundo o recenseamento do ano de 1872, no Brasil a população masculina branca correspondia à: 1971772 pessoas, em contrapartida homens não brancos (pardos, pretos e caboclos) segundo o mesmo censo, correspondiam à 1673971, 472008 e 200948 pessoas respectivamente. As mulheres brancas eram 1815517, as não brancas (pardas, pretas e caboclas) correspondiam respectivamente à 1650307, 449142, 186007 pessoas.. fonte: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v1_br.pdf . Acesso em: 03/ 05 / 2019.

³⁷ Hall defende que a *estereotipagem*, conceito cunhado por Richard Dyer (1977) é uma prática do regime de representação que implica em atribuir características fixas, reducionistas e essencializadas há um sujeito no discurso, e é importante para a representação da diferença racial. Para o autor: “ (...) em primeiro lugar a estereotipagem reduz, essencializa, naturaliza e fixa a “diferença”. Em segundo lugar a estereotipagem implanta uma estratégia de “cisão” que divide o normal e aceitável do anormal e inaceitável . Em seguida, exclui ou expõe tudo o que não cabe, que é diferente.”

HALL, Stuart. *Cultura e representação* . Rio de Janeiro: PUC RIO. 2016. p. 191.

intermediário entre a selvageria materna indígena ou negra, e a polidez adquirida pela mistura com o eixo branco.

Dessa forma, podemos notar que a miscigenação e a mestiçagem eram abordadas pelos discursos científicos da época, contudo havia uma idéia de predisposição natural do colonizador em se misturar, levava-se pouco em conta o caráter de violência sexual, pensava-se na assimilação natural do homem branco na colônia/ império. Quando se pautou a construção histórica da ideia de Sertão por historiadores, este debate se esbarrou na questão da mestiçagem.

O psicólogo Emanuel Mariano Tadei, através da leitura de *Microfísica do poder*³⁸, defende a criação do *dispositivo de mestiçagem*, para o autor trata-se de uma tentativa mediante a uma urgência das instituições somadas ao poder do Estado têm de justificar ou suavizar determinada prática, racionalizando-a de acordo com as intenções do tempo em que estão circunscritas.

O dispositivo de mestiçagem apresenta as seguintes características: ele incita à mistura étnica; coloca a sexualidade num plano estratégico, ou seja, como o veículo capaz de promover a confraternização das etnias; dilui a identidade nacional, ao apostar num amálgama capaz de unir os vários elementos que compõem nossa nacionalidade, porém, manobra essa identidade em construção para determinadas direções, conforme a conjuntura de cada período de nossa História; coloca-nos numa busca insistente pela nossa identidade nacional, impedindo um envolvimento maior com a própria nacionalidade por parte dos brasileiros; ele é, ainda, produtor de subjetividades dóceis e mal delimitadas, uma vez que promove a mistura étnica apagando as origens, apagando o passado e suas contradições, voltando-se para o futuro e des historicizando as raízes históricas individuais e nacionais³⁹.

Havia determinados lugares e meios de informação onde a mestiçagem, bem como seu resultado humano eram aceitos e sob quais circunstâncias. Deste modo, se cria, partindo do imaginário colonial, uma série de produções artísticas nas quais a pessoas mestiças são interpretadas. Entendemos que a mestiçagem se formulava como aceita ou é repelida

³⁸ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

³⁹ TADEI, Emanuel Mariano. *A Mestiçagem Enquanto um Dispositivo de Poder e a Constituição de Nossa Identidade Nacional*. Psicologia, ciência e profissão. 2002 p. 8-9. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=1414-989320020004&lng=pt&nrm=iso Acesso em: Junho 2019.

mediante o contexto e demandas do Estado na qual está inserida. Foi usada como resposta imediata ao atraso brasileiro, via ciência no século XIX, contudo, para atender às demandas de unificação nacional ou reconhecimento de um povo, foi preciso pensar em estratégias de falsa inclusão para essas pessoas.

A positivação da mestiçagem acontece próximo a década de 30 do século XX, contudo, como podemos notar, desde os anos de 1870 havia uma intenção de epistemologização do conceito de mestiçagem, que se deu mediante a colocar em uma categoria biológica o sentido de Raça, criando um arquétipo de superioridade ligado à raça branca e suprimindo às demais, depositando-as na categoria de Outro, a antítese do Eu hegemônico.

Positivar as raízes definidas ou os aspectos negativos de um passado, a medida que não o pode mais esconder, é uma estratégia de construção da narrativa histórica brasileira que era urgente após a implementação da República e com ela a necessidade de uma unificação nacional que também se fez através da definição étnica. Deste modo reunir a população brasileira em uma única categoria de raça, a mestiça, podia implicar no apaziguar de ânimos bem como em uma unidade identitária que permitia o reconhecimento sobre si e como pertencentes a uma nação.

É ainda mais difícil unificar a identidade nacional em torno da raça. Em primeiro lugar porque - contrariamente à crença generalizada - a raça não é uma categoria biológica ou genética que tenha qualquer validade científica. Há diferentes tipos e variedades, mas eles estão tão largamente dispersos *no interior* do que chamamos de “raças” quanto *entre* uma “raça” e outra. A diferença genética - o último refúgio das ideologias racistas - não pode ser usada para distinguir um povo do outro. A raça é uma categoria discursiva e não uma categoria biológica. Isto é, ela é a categoria organizadora daquelas formas de falar, daqueles sistemas de representação e práticas sociais (discurso) que utilizam um conjunto frouxo, frequentemente pouco específico, de diferenças em termos de características físicas - cor da pele, textura do cabelo, características físicas e corporais, etc. - como marcas simbólicas, a fim de diferenciar socialmente um grupo de outro.⁴⁰

Entendemos que a mestiçagem se traduz de maneira distinta para brancos e não brancos. O primeiro grupo construiu um imaginário de raízes coloniais sobre a mestiçagem,

⁴⁰ HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós modernidade*. Rio de Janeiro: DP & A, 2006. P. 61-62.

que giram em torno da ambivalência e rejeição, contudo, a mestiçagem cria proporções maiores com o decorrer do projeto colonial, pois em dado momento, há uma quantidade expressiva de pessoas mestiças, as quais não necessariamente têm uma fixação na estratificação social em meio a um país que almeja a unificação nacional e, para tal feito, se torna necessário uma unificação também de cunho identitário. Notamos que havia uma reconfiguração na maneira como a mestiçagem era recebida pelos homens de poder, acreditamos que havia uma tolerância à mestiçagem desde que esta atendesse as demandas do projeto nacional.

Em contrapartida, para a pessoa negra e indígena, a mestiçagem podia representar um problema, uma bifurcação entre esses sujeitos, a medida que a pessoa mestiça adquirisse características fenotípicas que o aproximasse da branquitude. Contudo, os elementos que o constituem enquanto pertencente ao grupo negro ou indígena, tais como o passado de seus ancestrais, a atual conjuntura social de si e das pessoas que o rodeiam e a estigmatização de seus descendentes, ainda seriam realidades a ele (a) impostas. Essa estratégia de separação por via do branqueamento é desfavorável a comunidade negra e indígena que não se tornam conscientes do autoconhecimento em contraposição a tentativa de absorção da identidade do grupo hegemônico.

A mestiçagem, como articulada no pensamento brasileiro entre o fim do século XIX e meados do século XX, seja na sua forma biológica (miscigenação), seja na sua forma cultural (sincretismo cultural), desembocaria numa sociedade uniracial e unicultural. Uma tal sociedade seria construída segundo o modelo hegemônico racial e cultural branco ao qual deveriam ser assimiladas todas as outras raças e suas respectivas produções culturais. O que subentende o genocídio e o etnocídio de todas as diferenças para criar uma nova raça e uma nova civilização brasileiras, resultantes da mescla e da síntese das contribuições dos stocks raciais originais. Em nenhum momento se discutiu a possibilidade de consolidação de uma sociedade plural em termos de futuro, já que o Brasil nasceu historicamente plural.⁴¹

A partir da análise da construção historiográfica acerca dos sertões e das pessoas sertanejas percebemos que houve a positivação da mestiçagem. Ao observar o caminho percorrido por estes conceitos, do passado colonial à República, notamos que a mestiçagem

⁴¹ MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil Identidade nacional versus identidade negra*. Ed.: Autêntica. 2004. p.64.

foi gradualmente inserida a um estado de tolerância a medida que os homens de poder a perceberam como ferramenta essencial para a unificação nacional. Após tornar-se objeto científico no século XIX, na primeira metade do XX serviu como subsídio para a construção da ideia de que no Brasil pós Abolição, principalmente se comparado aos EUA, se vivia em um paraíso racial, cuja mescla étnica ocorreu devido a relações naturais entre escravizadas e senhores e com a implementação da República e o conseqüente estado democrático esses sujeitos, outrora subjugados, podiam viver em harmonia e plenas condições de cidadania.

[...] erigiu-se no Brasil o conceito de democracia racial; segundo esta, pretos e brancos convivem harmoniosamente, desfrutando iguais oportunidades de existência. [...] A existência dessa pretendida igualdade racial constitui o 'maior motivo de orgulho nacional' [...]" No entanto, "devemos compreender democracia racial como significando a metáfora perfeita para designar o racismo estilo brasileiro: não tão óbvio como o racismo dos Estados Unidos e nem legalizado qual o apartheid da África do Sul, mas eficazmente institucionalizado nos níveis oficiais de governo assim como difuso no tecido social, psicológico, econômico, político e cultural da sociedade do país⁴²."

Dessa forma, podemos entender que o Mito da Democracia Racial foi sendo formulado desde fins do século XIX, no limiar do XX a ideia de paraíso racial já permeava o imaginário da população brasileira, após a década de trinta deste mesmo século o Mito se consolida via ciência e artes⁴³.

⁴² NASCIMENTO, Abdias do. *O Genocídio do Negro Brasileiro: processo de um racismo mascarado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, pp.41 e 92.

⁴³ DOMINGUES, Petrônio. *O Mito da Democracia Racial e a mestiçagem no Brasil.(1889-1930)* Dinamarca: Diálogos Latinoamericanos, número 010 Universidad de Aarhus. 2005.

Capítulo V- A caracterização dos sertões e sertanejas como o não lugar e o não ser - uma estratégia discursiva de construção do Outro na história nacional.

A abolição e a República redefiniram a presença negra e de seus descendentes na sociedade brasileira. Novos rumos são projetados para a nação, que se pretendia branca, europeizada e moderna. Para os grupos tidos como subalternos, os quais não dialogavam com as pretensões nacionais, e que devido a sua composição étnica são afastados dos centros em desenvolvimento, há a ação da soberania do Estado, que pode ser entendida nas palavras do historiador Achille Mbembe como a "ocupação que relega o colonizado a uma terceira zona, entre o estatuto do sujeito e do objeto"⁴⁴ (MBEMBE. 2018. p. 39). A esses sujeitos objetificados, os quais são despojados de estatuto político resta o quase aniquilamento de seus corpos que são reduzidos a uma condição inumana.

A ideia do Outro parte do colonizador que não reconhece traços de sua cultura no (a) nativo indígena ou em negros e negras escravizados (as). A partir daí, configura-se como diferença, como exótico, as particularidades daqueles que são oprimidos e que estão muito distantes de se assemelhar às do eu hegemônico.

[...] no modelo sincrético, não democrático, construído pela pressão política e psicológica exercida pela elite dirigente, foi assimilacionista. Ele tentou assimilar as diversas identidades existentes na identidade nacional em construção, hegemonicamente pensada numa visão eurocêntrica. Embora houvesse uma resistência cultural tanto dos povos indígenas como dos alienígenas que aqui vieram ou foram trazidos pela força, suas identidades foram inibidas de manifestar-se em oposição à chamada cultura nacional.⁴⁵

Partimos da premissa de que a história é a ciência que tem por objeto o estudo dos seres humanos em sua manifestação plural de experiência no tempo, bem como o ofício de analisar rupturas e continuidades de mecanismos que conduzem a vida humana em determinados períodos, direcionando assim, o olhar para a construção da ideia de sertão e mestiçagem nas narrativas sobre os mundos da vida sertaneja trazidas por autores

⁴⁴ MBEMBE, Achille. *Necropolítica. Biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte*. Rio de Janeiro: Revista Arte & Ensaios. Programa de Pós Graduação em Artes Visuais da Escola de Belas Artes da UFRJ. Traduzido por: Renata Santini. 2018, p. 39.

⁴⁵ *Ibidem* 38. p.109.

modernistas, com maior relevância para *Os sertões* de Euclides da Cunha, na construção deste trabalho.

A colonização e o racismo são instituições intimamente ligadas, são modos de pensar e viver os mundos da vida moderna e precisam ser analisadas sob a lente da linguagem, tendo em mente que a dominação da língua é premissa do processo de destituição da pessoa em prol do colonialismo. É por meio da linguagem comum que nos expressamos e nos tornamos entendíveis, que nos organizamos enquanto grupo e que podemos nos rebelar em conjunto. A escritora portuguesa Grada Kilomba aponta em seu livro *Plantation Memories: Episodes of Everyday Racism*⁴⁶ o uso da máscara, instrumento de tortura utilizado nas plantações, que consistia em tapar a boca da (o) escravizada (o) a fim de impedir que ela (e) se alimentasse da colheita. Segundo Kilomba, para além de impossibilitar a alimentação, a máscara tinha uma aplicabilidade implícita, a qual era ser um obstáculo para a comunicação entre os (as) escravizados (as), objeto que silenciava e provocava o medo.

Os autores estudados ao se definirem como o eu, os interlocutores autênticos dos saberes produzidos, automaticamente apontam aqueles que não são legitimados a construir epistemologias, ainda que o estudo seja sobre eles (as) e seu espaço de experiência, como os “outros”, a antítese do eu hegemônico. Ao apontar a não semelhança, construir caricaturas e demarcar temporalmente aqueles que vivem sob o estigma do outro social, o grupo hegemônico afasta de si as características negativas de sua constituição, transmitindo-as através de produções de inferioridade depositadas no Outro. Dessa forma, a positividade, a normatividade e a razoabilidade seriam qualidades referentes apenas aos dominantes que se tornam o arquétipo da humanidade, o padrão para as demais classes.

A categoria do Outro é tão original quanto a própria consciência. Nas mais primitivas sociedades, nas mais antigas mitologias, encontra-se sempre uma dualidade que é a do Mesmo e a do Outro. A divisão não foi estabelecida inicialmente sob o signo da divisão dos sexos, não depende de nenhum dado empírico: é o que se conclui, entre outros, dos trabalhos de Granet sobre o pensamento chinês de Dumézil sobre as índias e Roma. Nos pares Varuna-Mitra, Urano-Zeus, Sol-Lua, Dia-Noite, nenhum elemento feminino se acha implicado a princípio; nem tampouco na oposição do Bem ao Mal, dos princípios fastos e

⁴⁶ KILOMBA, Grada. “A máscara” In: *Plantation Memories: Episodes of Everyday Racism*. Münster: Unrast Verlag, 2ª. Edição, 2010.

nefastos, da direita e da esquerda, de Deus e Lúcifer; a alteridade é uma categoria fundamental do pensamento humano⁴⁷.

A filósofa Sueli Carneiro, defende em sua tese a aplicabilidade prática das noções foucaultianas de *dispositivo e biopoder*⁴⁸ pensadas sob a lente da sociedade brasileira. Para tal, Carneiro elabora a partir dessas práticas, a ideia de *dispositivo de racialidade/ biopoder* para analisar e projetar seu efeitos na realidade dinâmica das relações raciais no Brasil. Segundo a autora:

É a idéia de universalidade que emancipa o indivíduo e permite-lhe expressar a sua diversidade humana. Em contrapartida, é a idéia de particularidade que aprisiona o indivíduo, ou seja, na temática desta tese, é a redução do ser à sua particularidade que aprisiona o indivíduo não-ocidental ao seu grupo específico. É nossa compreensão que, ao fazer do ôntico o ontológico do Outro, o Eu hegemônico rebaixa o estatuto do ser desse Outro.

A definição de cultura –, a epistemologia que a suporta, a verificabilidade validade universal de seus “achados” –, e classificação humana segundo a raça serão os elementos fundamentais para definir a qualidade do ser⁴⁹.

A caracterização dos sertões é uma estratégia discursiva de produção do outro da modernidade que almejavam para o Brasil. Para compreender o discurso, é necessário se voltar para as circunstâncias de seu estabelecimento, localizando os grupos nas relações de poder. Indivíduos que ocupam a mesma posição social compartilham na mesma instância as experiências nessas relações de poder. A abordagem que parte da análise discursiva, escolhida como caminho para a realização deste trabalho, busca examinar como a representação gera sentido através da linguagem, e como produz discursos que são absolvidos por determinada cultura.

Discursos são maneiras de se referir a um determinado tópico da prática ou sobre ele construir conhecimento: um conjunto (ou constituição) de ideias, imagens e práticas que suscitam variedades no falar, formas de conhecimento e condutas relacionadas a um tema particular, atividade social ou lugar institucional na sociedade. Essas formações discursivas, como assim são conhecidas, definem o que

⁴⁷ BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo: fatos e mitos*. Tradução de Sérgio Milliet. 4ª ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro. 1980. p. 11.

⁴⁸ *Ibidem*. 36.

⁴⁹ CARNEIRO, Aparecida Sueli. *A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser*. São Paulo: Feusp, 2005. p. 27-28.

é ou não adequado em nosso enunciado sobre um determinado tema ou área de atividade social, bem como em nossas práticas associadas a tal área ou tema⁵⁰.

Para análise discursiva acerca da construção do Outro é preciso localizar de onde partem as fontes, de que lugar sai o aporte teórico para essa construção. Para Foucault: "Suponho que em toda a sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade⁵¹."

Entendemos que a função da ciência histórica é o estudo da humanidade em suas diversas formas de se manifestar no tempo, reconhecendo as mais variadas expressões humanas em determinado espaço temporal. Parte da escrita modernista, a qual é canonizada e serve como subsídio para estudos posteriores, pode representar um unidirecionamento do olhar da história sobre os sertões e sertanejas (as) e sobre a mestiçagem.

⁵⁰*Ibidem* 35. p.26.

⁵¹ FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola 2012. p. 8-9.

Conclusão:

Levamos em consideração o potencial ético e político do discurso historiográfico o qual possibilita a emergência de narrativas silenciadas, para construir este trabalho. Não se trata de uma disputa pela Verdade (absoluta), ou anular a obra de Euclides da Cunha e seus contemporâneos, mas de apontar os limites de um discurso modernista, aqui representado pelo texto d'*Os sertões*. As figurações de um local não apenas geográfico e seu povo, mas geopolítico (no interior do Brasil) e cronopolítico. Acentuei o lugar do qual parte o discurso, da mesma forma como aponto a tentativa de ressaltar a discrepância entre os “brasis” e, assim, evidenciar um discurso produzido sobre essas populações como as faces humanas do atraso, não entendendo a desigualdade social como um problema de estado.

Entendo que umas das funções enquanto historiadora é pensar na produção de um discurso sobre o passado, bem como nas situações de difusão do mesmo. Com esse objetivo, devemos procurar estratégias para uma não aceitação passiva do público sobre um discurso histórico unidirecional previamente dado, mas promover a reflexão sobre a experiência humana de forma plural no tempo, utilizando portanto, das diferentes linguagens que o mundo contemporâneo nos coloca a disposição.

O que entendo por “Contemporâneo” neste trabalho, não está restrito apenas ao sentido literal. A inclusão de Euclides da Cunha à categoria “homem contemporâneo” ao passo que os sertões e pessoas sertanejas não o eram, é premissa básica para ser considerado civilizado e inserido no tempo moderno. Esse discurso de contemporaneidade é recorrente na tópica modernista e aqui o tento apontar. As pessoas sertanejas não eram considerados contemporâneas, sobretudo pelos sujeitos da cultura hegemônica. Percebo que aquilo que não dialogava com as intenções modernistas estava descolado de seu próprio tempo de existência, como se estes lugares e sujeitos (sertão e sertanejas) fossem destituídos de pertencimento ao tempo presente, e portanto estavam situados e congelados no passado, atrasado que deveria ser esquecido.

A obra *Os sertões* é um discurso (atual) sobre a fabricação do tempo da modernidade nos trópicos. Aquele tempo que Euclides da Cunha buscava inscrever na história do Ocidente na medida em que escrevia sobre o povoado dizimado pelas tropas republicanas, bem como a impressão deste sobre a atual conjuntura da sociedade em que vivia. Ainda que parta do lugar da hegemonia, como dito, o autor tinha fala legitimada por ser um homem herdeiro dos

privilégios dos homens brancos e de uma elite intelectual militar e positivista. As teses defendidas por Euclides da Cunha nos *Sertões* foram retiradas de algo que ele considerava verdadeiro, que lhe fora transmitido geracionalmente e confirmado pelas ciências.

O mecanismo racista, instituído de forma secular como herança da escravidão de sujeitos africanos na América, funciona sob uma espécie de paleta de cores que impõe sua maneira violenta de operar sob os corpos que estão mais próximos do fenótipo negro. Ao passo que a pessoa mestiça ao se aproximar do fenótipo branco, adquirindo características físicas atribuídas à branquitude, como o tom de pele mais claro, os tipos de cabelo (não-crespos), lábios e nariz finos dentre outros arquétipos que falaciosamente são associados como pertencentes apenas ao grupo hegemônico, cria-se a falsa impressão de inclusão neste pólo, ou numa concepção que dialoga com as noções que Frantz Fanon nos revelou, ao acreditar que a *máscara branca* lhe cabe. “O negro quer ser branco. O branco incita-se a assumir a condição de ser humano⁵².”

Este grupo esquece, nega ou é privado de acesso à sua ancestralidade, bem como cria uma falsa imagem de si. O unidirecionamento da história da população negra e indígena enquanto desprovida, inferior e portanto escravizada, gera filhos e filhas que não têm uma referência positiva com qual querem se assemelhar. Na ausência de um *self* buscam por outro espelho, o padrão branco que lhe é imposto culturalmente, mas que não será alcançado. Ao retirar a historicidade do grupo que fora marginalizado se silencia sua história, passado e memória.

A não inclusão plena destes mesmos grupos à sociedade, a ausência de estatuto político, a negação de direitos mínimos implica em uma democracia que não atinge essas pessoas, a liberdade é efêmera e condicionada. Dessa forma não há possibilidade de real inserção desses sujeitos na modernidade.

Embora seja carregada de *estereotipagens*, podemos perceber no texto euclidiano a ambivalência gerada em torno da mestiçagem. Não cabe à uma análise histórica a redução do discurso de Euclides da Cunha a um tom maniqueísta. O que tal ciência permite e que constatamos na produção deste trabalho, através do recorte temporal que escolhemos, é o percurso no qual ocorreu paulatinamente a positivação da mestiçagem, para uma falsa inclusão da pessoa mestiça na sociedade brasileira. Percebemos a epistemologização da categoria raça por meio de um cientificismo racista que vigorava no país desde o século XIX.

⁵² FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA. 2008. p.27.

Através da leitura dos autores e autoras mobilizadas entendemos que se criou um sistema completo de registro de símbolos e imagens que eram compreendidos por um universo intelectual sobre a ideia de paraíso racial brasileiro pós-Abolição, o qual serviu como subsídio para a consolidação do mito da democracia racial.

Referências:

- ABREU, Capistrano de. *Capítulos de história colonial: 1500 - 1800*. Conselho editorial do senado federal. Brasília. 1998.
- ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra. 2005.
- AMADO, Janaina. *Região, Sertão, Nação*. Rio de Janeiro: Revista Estudos Históricos, v. 8., n.15,1995, p.145-151
- ANASTASIA, Carla Maria Junho. *Um exercício de auto- subversão: rebeldes e facinorosos na sedição de 1736*. In.: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (orgs.) *As Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica companhia do tempo. 2001. p. 567-584.
- ARAÚJO, Valdei Lopes; FREIXO, André de Lemos. Prefácio a BEVERNAGE, Berber. In.: *História, Memória e Violência de Estado: tempo e justiça*. Mariana: Milfontes; SBTHH, 2018
- ASSIS, Machado. *Notícia da atual literatura brasileira. Instinto de nacionalidade*. Obra Completa de Machado de Assis, Rio de Janeiro: Nova Aguilar, vol. III, 1994. Publicado originalmente em O Novo Mundo, 24/03/1873.
- BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo: fatos e mitos*. Tradução de Sérgio Milliet. 4ª ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro. 1980
- BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix 2ª ed, 1970, p. 344.
- CANDIDO, Antonio. *Literatura de dois gumes*. In.: A educação pela noite & outros ensaios. São Paulo: Ática S.A. 1989.
- CARNEIRO, Aparecida Sueli. *A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser*. São Paulo: Feusp, 2005
- COUTINHO, Afrânio. *A literatura no Brasil. Estilos de época* . 3 a ed. São Paulo: José Olympio; Rio de Janeiro: EDUFF, 1986. V. 4, parte 2.
- CUNHA, Euclides. *Os sertões*.Rio de Janeiro: Publifolha. 39ª ed. 2000
- DOMINGUES, Petrônio. *O Mito da Democracia Racial e a mestiçagem no Brasil.(1889-1930)* Diálogos Latinoamericanos, número 010 Universidad de Aarhus. 2005.

- FABIAN, Johannes. *O tempo e o outro: Como a antropologia estabelece seu objeto*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes. 2013. p. 109.
- FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA. 2008.
- FREIXO, André de Lemos. *Passados privados, ou privados do passado? Nostalgia, indiferença e as comemorações do sete de setembro brasileiro*. Campo Mourão: Revista NUPEM. Vol. 11. nº 23. p. 59- 80 . 2019.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola. 2012.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- GALVÃO, W. *Anotações à margem do regionalismo*. In.: Literatura e Sociedade, 5(5), 44-55. USP 2000.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós modernidade*. Rio de Janeiro: DP & A, 2006.
- HALL, Stuart. *Cultura e representação*. Rio de Janeiro: PUC RIO. 2016.
- JESUS, Mirian Silva. *O avanço da fronteira interna: A ocupação do sertão no séc. XVII*. Campinas: Anais do VII Encontro internacional da ANPLHAC 2006. p.149.
- KILOMBA, Grada. “*A máscara*” In: *Plantation Memories: Episodes of Everyday Racism*. Münster: Unrast Verlag, 2ª. Edição, 2010.
- LIMA, Luiz Costa. *Terra ignota, a construção de Os sertões*. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 1997. p. 254.
- _____ *Os sertões : ciência ou literatura*. Diálogos Latinoamericanos, núm. 2, pp. 39-48 Aarhus Universitet Aarhus, Dinamarca. 2000.
- MARTIUS, Karl F. Philipp Von. *Como se deve escrever a história do Brasil*. Dissertação entregue ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em janeiro de 1843.
- MBEMBE, Achille. *Necropolítica. Biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte*. Revista Arte & Ensaios. Programa de Pós Graduação em Artes Visuais da Escola de Belas Artes da UFRJ. Traduzido por: Renata Santini. 2018.
- MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil Identidade nacional versus identidade negra*. Ed.: Autêntica. 2004
- NASCIMENTO, Abdias do. *O Genocídio do Negro Brasileiro: processo de um racismo mascarado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, pp.41 e 92.
- NEVES, Margarida de Souza. *Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX*. In.: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge. O Brasil

republicano o tempo do liberalismo excludente- da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 3ª edição. 2008.

NICOLAZZI, Fernando. *Representação e distância: naturalismo, linguagem e alteridade na escrita de Os sertões*. In: SILVA, Ana Rosa Cloquet; NICOLAZZI, Fernando; PEREIRA, Mateus (Orgs.) *Contribuições à história da historiografia luso-brasileira*. São Paulo: Hucitec, 2013

OLIVEIRA, Ricardo de. *Euclides da Cunha, Os Sertões e a invenção de um Brasil profundo*. São Paulo: Revista Brasileira de História. v. 22, nº 44, pp. 511-537. 2002.

PAIVA, Márcia de. *Cores e nomes*. In. O estado de coisas no Brasil. Três imagens da desordem nos séculos XVI e XVII. Puc Rio. 2003.

ROMERO, Sílvio. *História da Literatura Brasileira*. Ministério da cultura. Fundação Biblioteca Nacional. Departamento Nacional do Livro

SANTOS, Pedro A. C. dos; PEREIRA, Mateus. H. F. *Mutações do conceito moderno de história? Um estudo sobre a constituição da categoria "historiografia brasileira" a partir de quatro notas de rodapé (1878-1951)*. In: SILVA, Ana Rosa Cloquet; NICOLAZZI, Fernando; PEREIRA, Mateus (Orgs.) *Contribuições à história da historiografia luso-brasileira*. São Paulo: Hucitec, 2013. p. 15-73

SCHWARCZ, Lilia Mortiz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil- 1870- 1930*. São Paulo: Companhia da Letras. 1993. p. 242

SEVCENKO, Nicolau. *O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso*. In.: História da vida privada no Brasil. República: da Belle Époque à Era do Rádio. Coordenador - geral da coleção: Fernando A. Novais. Organizador do volume: Nicolau Sevcenko. São Paulo: Companhia das Letras. 1998.vol. 3 p. 7- 48.

TADEI, Emanuel Mariano. *A mestiçagem Enquanto um Dispositivo de Poder e a Constituição de Nossa Identidade Nacional*. Psicologia, ciência e profissão. 2002

VELLOSO, Mônica Pimenta. *O modernismo e a questão nacional* . In.: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge. O Brasil republicano o tempo do liberalismo excludente- da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 3ª edição. 2008.